

Migrações, Mídia e Direitos Humanos

Contribuições conceituais e metodológicas no telejornalismo

José Tarcísio Oliveira Filho
Débora Antunes

Introdução

Dados da Organização Internacional para as Migrações demonstram um aumento no deslocamento populacional no mundo nas últimas duas décadas. Se em 2000, 2,8% da população do planeta eram imigrantes, atualmente o índice é estimado em 3,5%, ou seja, cerca de 272 milhões de pessoas (OIM, 2020). Dentre os processos migratórios, têm-se as migrações internacionais em casos de vulnerabilidade, as quais toma-se aqui como objeto de discussão e cujos motivos são diversos, como a fuga de conflitos civis, militares e políticos, perseguições religiosas, de gênero e sexualidade, além de crises econômicas e humanitárias. Tais migrantes se encaixam na definição de refugiados de acordo com a lei brasileira e internacional (ONU, 1951; Brasil, 1997).

Nesse sentido, um dos principais documentos que norteiam as leis migratórias nas sociedades democráticas é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 (DUDH),

a qual busca promover valores humanitários para orientar as sociedades. No Brasil, por exemplo, a Lei de Migração de 2017 foi elaborada com base na DUDH, garantindo, dentro do país, acolhida humanitária; acesso universal pelos migrantes a direitos elementares, como educação, saúde e segurança; e a não discriminação (Brasil, 2017). É importante ainda ressaltar que o Brasil é signatário do Estatuto dos Refugiados, assinado em 1951 e também sustentado pela DUDH, o qual também garante direitos e tratamento humanitário àqueles que são forçados a migrar.

No entanto, nem sempre a DUDH é respeitada no que tange migrantes, inclusive nas narrativas noticiosas audiovisuais. Estudos anteriores (Chouliaraki; Stolic, 2017; Oliveira Filho, 2020) demonstram que em regiões de altas taxas de deslocamentos, é frequente a abordagem do imigrante como o “outro”, o “diferente”, o “estrangeiro”, reforçando estereótipos e dificultando sua integração social. Para melhor compreender a cobertura telejornalística de fenômenos migratórios, propõe-se uma reflexão focada nos direitos humanos e na teoria de midiaticização (Hjarvard, 2013), de forma a apontar as transformações na forma como se promove e enxerga fenômenos migratórios enquanto causa humanitária diante da onipresença da mídia num planeta cada vez mais globalizado e organizado em redes.

A fim de aprofundar os diferentes aspectos mencionados, inicialmente apresenta-se uma atualização da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da promoção de causas humanitárias na sociedade midiaticizada. Em seguida, realiza-se um levantamento teórico sobre as abordagens dos processos migratórios pelo telejornalismo, traçando paralelos entre o humanitarismo e a presença de narrativas sobre migrações no telejornalismo. Por fim, propõe-se uma abordagem metodológica, com base na dramaturgia (Coutinho, 2006) e na audiência presumida (Vizeu, 2006), para explorar o conteúdo telejornalístico enquanto criador e promotor de narrativas sobre as migrações.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e a cobertura telejornalística de migrantes

Compreender a relação entre o telejornalismo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com ênfase nas narrativas noticiosas que lidam com as migrações, exige, antes, uma contextualização sociológica que perpassa pelo sujeito migrante. Sayad (1998), ao refletir sobre as migrações argelinas para a França no século XX, aponta que o discurso sobre o imigrante é imposto pela sociedade e geralmente é atrelado a função econômica do sujeito no país de origem: a partir do momento que deixa de ser útil à esfera econômica, passa a ser rejeitado. Hall (2003) traz uma abordagem a partir da cultura quando se propõe a discutir o conceito de diáspora atrelado às transformações das identidades culturais. O autor demarca a origem do termo diáspora numa fase preliminar à elaboração da DUDH, quando os judeus se dispersaram no espaço diante dos holocaustos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Assim, para além da questão econômica, traz outros fatores que levaram às migrações em massa na história recente e que até hoje constituem-se como aspectos ligados às mobilidades humanas, como religião, sexualidades, oposições políticas, deficiência física, entre outros.

A DUDH, portanto, é proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas na tentativa de criar novos valores para orientar as sociedades que acabavam de ferir a dignidade humana de formas ampla e variada¹. Apesar das migrações não serem diretamente abordadas na maior parte do documento, muitos dos 30 artigos que fazem parte da declaração estão diretamente relacionados a direitos fundamentais

1 Cabe ressaltar, por fim, que a DUDH não possui valor legal, portanto, não é uma lei. Mas desde sua proclamação passou a ser um documento capilarizador em normas legais, como constituições federais e leis migratórias, como é o caso da Lei de Migração de 2017 no Brasil, que substituiu o defasado Estatuto do Migrante que se preocupava mais em regular os deveres dos imigrantes, do que resguardar seus direitos fundamentais.

que frequentemente são violados e que acabam por motivar as pessoas a procurarem outras nações na expectativa de melhor qualidade de vida, entre eles: a liberdade; a igualdade de direitos, independente de raça, cor, sexo, língua, religião e opinião política; a proibição de prisão de forma arbitrária; e a garantia de possuir um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e o bem-estar.

A contínua violação desses direitos é descrita no relatório *World Migration Report* (OIM, 2020, p. 2) que aponta que nos anos de 2018 e 2019 houveram grandes eventos de migrações ligados a sofrimentos, traumas e perdas de vidas. Entre eles, os conflitos internos na Síria, Iêmen, República Democrática do Congo e Sudão do Sul. O alto índice de emigração nessas regiões, tem levado às políticas mais restritivas de ingresso nos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, principalmente no Governo de Donald Trump com a construção do muro na fronteira com o México, e nos países europeus, como no Reino Unido, com a aprovação do Brexit² no início de 2020. O relatório também aponta a situação na América Latina, em especial sobre a crise humanitária que perpassa pela Venezuela. Estima-se que mais de cinco milhões de venezuelanos tenham deixado o país após a morte de Hugo Chávez (R4V, 2021), principalmente por causa dos embargos econômicos oriundos dos países do Norte global, ocasionando uma grave crise humanitária que envolve escassez de alimentos, hiperinflação e instabilidades política e econômica. O Brasil é o quinto país que mais recebe imigrantes venezuelanos, chegando a 260 mil pessoas em maio de 2021.

Neste processo, o telejornalismo adquire relevância por permitir o exercício de uma função social diante dos fluxos migratórios. Primeiramente, por possibilitar o resguardo e a

2 Brexit consiste na junção das palavras inglesas *British* (britânico) com *exit* (saída), simbolizando o processo político e o movimento social que reivindicaram a saída do Reino Unido da União Europeia.

fiscalização dos princípios da DUDH. Os próprios manuais de redação e códigos de condutas organizacionais, frequentemente fazem menção a esse respaldo enquanto norteador da prática jornalística, como é o caso dos Princípios Organizacionais do Grupo Globo, que diz na seção dedicadas aos valores que “defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (Globo, 2011, p. 25). É uma via, inclusive, para contornar discursos xenofóbicos e estigmatizados que frequentemente fazem parte das narrativas audiovisuais em regiões de alta taxa de migrações, como tem sido identificado na realidade local de Roraima – principal porta de entrada dos imigrantes venezuelanos ao Brasil (Oliveira Filho, Hilgemberg, 2020) e na Europa no contexto da crise dos refugiados.

Numa reflexão complementar, há ainda a própria função social do telejornalismo na organização e na mediação dos acontecimentos sociais. Vizeu (2009, p. 80) ao discutir a função pedagógica no telejornalismo, afirma que “o que os jornalistas fazem diariamente é ‘organizar o mundo’ procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’”. A missão de “organizar o mundo”, demonstra a inserção do jornalismo audiovisual no cotidiano, na tradução da realidade e na construção de conhecimentos. Entretanto, é preciso uma inferência no sentido de não atrelar a transformação dos acontecimentos sociais em narrativas jornalísticas com o simples fato de *objetivar* ou *simplificar* os acontecimentos. Os próprios valores do jornalismo moderno, como a objetividade e a atualidade, levam a esse equívoco. Em temáticas sensíveis, como é o caso da cobertura sobre as migrações e aquelas ligadas às violações dos direitos humanos, a “organização do mundo” pelo telejornalis-

mo diz mais sobre tornar visível a complexibilidade dos acontecimentos do que simplificá-los ou esvaziá-los. É assumir que nem sempre há respostas e caminhos lógicos, mas que a instabilidade e a incerteza – que faz parte dos fluxos migratórios conforme diz Sayad (1979) quando aponta os paradoxos das migrações – também devem ser interpretadas como componentes constitutivos das narrativas telejornalísticas. Conforme diz Fernández (2020),

Na atualidade o que predomina é uma conveniente simplificação nas narrativas midiáticas que geram percepções em um senso comum que não explica os contextos onde acontecem os deslocamentos e ainda menos a força cultural que os sujeitos/sujeitas das migrações levam como bagagem vital nos seus percursos pelos novos territórios (Fernández, 2020, p. 29).

Com referência aos estudos culturais vinculados às construções identitárias, Fernández (2020) traz alguns elementos que também são caros na associação do telejornalismo com os fenômenos migratórios. Um dos principais é sobre a relação com o outro, principalmente a cautela no uso do termo *diversidade*. Utilizando da discussão do autor argentino Carlos Skliar, afirma que “sua posição nos discursos de ordem não apenas determina uma linearidade com a qual a palavra diversidade se refere a categorias como raça, etnia, sexualidade, geração, religião, mas também sua remissão à mera existência do outro, ditar que existe diversidade, o que demonstra uma ideia de diversidade segundo a qual “a diversidade são os outros, ele e eles”” (Fernández, 2020, p. 24). Conforme o autor, essa visada traz para o “eu” e o “nós” o privilégio do olhar, explicitando as relações de poderes dos discursos: o diverso, nessa lógica, é sempre atrelado ao “outro”, ao “ele / eles”, aos estranhos – em outras palavras, considerando o recorte dessa pesquisa, aos migrantes que passam a fazer parte dos novos espaços.

Algumas reflexões nesse sentido têm sido identificadas em telejornais de Boa Vista. Frequentemente as narrativas audiovisuais abordam o imigrante enquanto o outro, mesmo quando a temática é diretamente relacionada às migrações. A diversidade cultural na realidade local é sempre enunciada a partir do ponto de vista do brasileiro, seja pelas fontes ou mesmo pelo profissional jornalista que tece a narrativa telejornalística (Souza et al., 2020). Logo, até mesmo a função pedagógica do telejornal torna-se limitada, visto que não consegue incluir todos aqueles que fazem parte do acontecimento social. Questiona-se até onde essa inabilidade do telejornalismo em lidar com as complexidades que perpassam pelas migrações contribui para a violação dos direitos humanos no espaço social e nas mediações socioculturais que emergem a partir do telejornal. Por outro lado, não coloca em xeque o papel da mídia audiovisual diante dos fluxos migratórios, mas aponta para a reflexão de como a midiatização atravessa as migrações, impondo, inclusive, a relevância do telejornalismo e sua articulação com a questão humanitária diante das mobilidades humanas, sejam forçadas ou não.

A causa humanitária e a midiatização da migração no telejornalismo

Buscando analisar a forte presença da mídia na sociedade moderna, Hjarvard (2013) propõe a teoria da midiatização, afirmando que a mídia não é importante apenas por ser capaz de transmitir mensagens ou de mediar eventos, mas também por ser capaz de alterar instituições sociais. Desse modo, a teoria da midiatização se apresenta como um processo dialético que cobre a força da mídia enquanto instituição e também o seu poder de modificar outras instituições. Tais instituições, ao serem modificadas, passam a incorporar a lógica midiática para se apresentar ou tem suas proposições modificadas pela

presença da mídia. Aqui foca-se na questão humanitária dos processos migratórios, vista enquanto modificada pela mídia, no caso pelo telejornalismo, ao longo dos anos.

A integração da mídia na sociedade, dentre elas a televisão, marca uma transição da forma como se encara o humanitarismo. Se no passado a ação humanitária era pautada pela solidariedade, a partir de 1970 a questão moral dá espaço para a mediatização do sofrimento. Há, assim, uma forte ênfase na representação imagética do sofrimento que, por um lado, atrai os olhos para a causa humanitária, mas por outro desvia os valores e acaba criando discursos que distanciam ainda mais os que precisam de ajuda daqueles que podem ajudar, já que a audiência tende a se distanciar de ações concretas e das causas em tais situações (Boltanski, 1999). Como consequência, vê-se a valorização da visualização e da experiência individual do sofrimento do outro, mas pouca solidariedade como resultado.

Tal realidade pode ser observada no caso das migrações forçadas, envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade que precisam de acolhimento. Tomando-se como exemplo a crise dos refugiados na Europa, diversos autores elaboram como as narrativas jornalísticas constroem o imigrante como vítimas vulneráveis ou perigosos, dedicando pouca atenção no contexto e às necessidades do momento (Chouliaraki; Stolic, 2017; Georgiou; Zaborowski, 2017; Nerghe; Lee, 2019); reduzindo o teor humanitário da causa e incitando discursos ideológicos (Krzyżanowski; Triandafyllidou; Wodak, 2018). Nos casos em que o telejornalismo mostra o imigrante enquanto vítima, como sujeito extremamente vulnerável, há uma clara conexão com a visualização do sofrimento. Tem-se como exemplo as crianças vítimas de afogamento, as quais têm suas imagens em ampla circulação pela mídia. Mortensen e Trenz (2016), ao explorar o caso do bebê Alan Kurdi, vítima de afogamento em 2015, afirmam que, apesar gerar sentimentos de repulsa e indignação, a imagem chocante dos bebês os apagava

de seu contexto específico e também tirava o foco da imigração enquanto causa humanitária. Desta forma, aquele que poderia agir em solidariedade preocupa-se mais com a sua própria assimilação e experiência do sofrimento alheio.

No entanto, o telejornalismo também contribui para a não concretização do processo humanitário quando, como já dito, enquadra o imigrante como uma ameaça. Nerghes e Lee (2019) chamam a atenção para o fato de que o jornalismo audiovisual sobre migrações traz discursos cada vez mais negativos que dão forma ao modo como são vistos os imigrantes pela sociedade. Tal fato é observado por Chouliaraki e Stolic (2017) com a crise dos refugiados, mas também se enquadra na realidade brasileira com a situação dos venezuelanos no Norte do país, como observado por Oliveira Filho e Hilgemberg (2020) na cobertura telejornalística local de Roraima. No caso dos refugiados na Europa, o processo de construção do sujeito migrante enquanto inimigo é fortemente marcado pela associação do imigrante à agressividade e a violência, além do uso de características animais para a descrição do comportamento do imigrante (Chouliaraki; Stolic, 2017). Tais construções raramente promovem a causa humanitária e, portanto, vão contra a DUDH. As generalizações do imigrante enquanto uma ameaça, cria um sentimento de autoproteção na sociedade e, portanto, a responsabilidade solidária aqui passa a ser distorcida. Protege-se àqueles que compartilham suas características, enquanto os imigrantes são relegados ao status de “outros”.

Tanto nos retratos de vulnerabilidade quanto nos de ameaça, a midiaticização do humanitarismo e da imigração pelo telejornalismo, acaba por corromper o significado original da causa humanitária no que tange imigrantes. Ambos os discursos fortalecem a ideia do imigrante enquanto outro e como cidadão de menor importância no país que os recebe. Tais narrativas não só mostram que o discurso dos direitos humanos não é respeitado, como também colabora para

o desrespeito prático no meio social. Cottle e Nolan (2007), apesar de discutirem amplamente os problemas da mediatização do humanitarismo, chamam a atenção para a capacidade do jornalismo em angariar solidariedade, mostrando como o conteúdo noticioso pode atuar como uma ponte entre organizações humanitárias com seus públicos e potenciais colaboradores. No entanto, o que se acontece, como discutido por Chouliaraki e Stolic (2017), é uma falha no regime de representação dos imigrantes em situação de vulnerabilidade pela mídia, fazendo-se vital a reflexão sobre o papel do telejornalismo dentro deste contexto.

Pensando a cobertura telejornalística de migrações – propostas metodológicas

Tais abordagens teóricas, aqui sumarizadas, sustentam a segunda parte da proposta, que consiste no acionamento de estudos ligados ao telejornalismo, como os relacionados à dramaturgia (Coutinho, 2006) e à audiência presumida (Vizeu, 2006) para potencializar a articulação entre a migração e os direitos humanos, de forma a apontar possíveis contribuições metodológicas e refletir sobre o papel do telejornalismo diante dos fenômenos migratórios.

Tomando como base a dramaturgia no telejornalismo (Coutinho, 2006) e os estudos apresentados por Chouliaraki (2013) e Chouliaraki e Stoic (2017), propõe-se que o posicionamento de quatro elementos seja observado em detalhes em pesquisas que lidem com as migrações no jornalismo audiovisual: o imigrante, as instituições de apoio, os órgãos de estado, e a sociedade no geral. A partir da análise desses quatro elementos busca-se identificar como o telejornalismo cria narrativas em torno da questão migratória e também como os diferentes envolvidos constroem-se (ou são construídos) dentro do espaço midiático.

No caso do imigrante pode-se observar a presença ou ausência do imigrante enquanto fonte noticiosa, e o foco narrativo. É importante ressaltar que é frequente um apagamento do imigrante enquanto fonte dentro do discurso telejornalístico (Georgiou; Zaborowski, 2017; Souza et al., 2020). Dentro do foco, pode-se encontrar narrativas que focam, por exemplo, no sofrimento do imigrante, no imigrante enquanto outro, no discurso paternalista, e na vitimização, dentre outras. Ou, por outro lado, em narrativas que focam no imigrante enquanto agente construtor da realidade e na imigração como, dentre outros. É importante lembrar que, tratando-se de causas humanitárias, a forma como o imigrante é mostrado pode ou não angariar suporte para a causa, visto que atualmente lida-se com um expectador irônico, ou cético, e com o exagero do sofrimento (Chouliaraki, 2013). Neste aspecto, o conceito de dramaturgia do telejornalismo (Coutinho, 2006) fornece um constructo teórico-metodológico para que seja realizada uma espécie de cartografia narrativa acerca dos papéis desempenhados pelos imigrantes (e outras fontes) na notícia, identificando, ainda, os conflitos narrativos e a inserção dos personagens nas disputas.

Já no caso das instituições de apoio, considerando-se aqui, além de organizações não governamentais, também iniciativas individuais ou da sociedade civil que visam dar suporte ao imigrante, pode-se observar como estas se apresentam diante da mídia; se foram capazes de promover um evento noticioso, mostrando incorporação da lógica midiática (ver Cottle; Nolan, 2007); se são mostradas de forma a conscientizar ou se ainda há um foco paternalista, ainda baseado na pena. Os órgãos de estado, apesar de traçados como um elemento diferente, podem se apresentar também como uma instituição de apoio. No entanto, é importante que se observe também as instâncias em que o discurso promovido é diferente do apoio ou, ainda, quando esse elemento se apresenta em demasiada

saliência. Mistiaen (2019), por exemplo, nota que figuras de estado tendem a aparecer mais no telejornalismo europeu enquanto pouco espaço é cedido ao imigrante.

Numa via complementar, um aspecto que tem sido verificado nas pesquisas do Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual (CNPq/UFRR) é o constante protagonismo das instituições de apoio e dos órgãos de estado nas matérias que lidam com as temáticas migratórias. Assim, frequentemente, o imigrante ocupa uma posição subalterna na notícia, sem que obtenha espaço de fala. A perspectiva de audiência presumida de Vizeu (2006) chama a atenção para investigar até onde essa constatação é um reflexo das próprias rotinas produtivas dos telejornais, tanto em relação à ausência de tempo para cumprir os *dead lines* e lidar com as complexidades que perpassam pelas regiões de alto índice de deslocamento populacional (como línguas diferentes, costumes, culturas, etc.), ou mesmo pelo noticiário não considerar os imigrantes como parte do público potencial.

Essa situação reflete-se com o problema do termo “diversidade” apontado por Fernández (2020), já que mesmo quando usado por uma instituição de apoio, demarca uma diferença, a delimitação do “outro”. Questiona-se, no âmbito das narrativas audiovisuais informativas, quem preconiza a diversidade: aquele que possui o poder de fala ou as pessoas que são excluídas da agenda e das narrativas. Em nenhum momento é posto em xeque a importância das instituições ligadas à rede de acolhimento aos imigrantes, mas sim, de problematizar as maneiras como são realizadas as construções da notícia sobre as migrações.

Por último, observa-se a presença da sociedade civil enquanto fonte e a percepção da mesma em relação ao imigrante. Aqui, cabe observar não só o que se fala, mas também quem são os escolhidos para ter voz na matéria. Foca-se em observar percepções negativas e/ou positivas, se há um balanço de conteú-

do ou se há uma linha narrativa clara pendendo para um foco narrativo específico. Outro ponto a se notar, principalmente em regiões com grandes índices de migrações, é se os sentidos ligados ao sujeito imigrante apontam para sua integração à sociedade civil ou se é abordado enquanto o estranho, o diferente. Essa reflexão perpassa não apenas nas notícias que lidam diretamente sobre as migrações, mas também nos acontecimentos jornalísticos que lidam com o cotidiano local e regional em que os imigrantes também fazem parte, como as editorias de cidades, educação, economia, empreendedorismo, entre outras. Naturalizar a presença do imigrante enquanto membro da sociedade receptora é um dos indícios, inclusive, para verificar a não violação dos princípios previstos na DUDH.

Além da observação detalhada dos quatro elementos, é também importante que a narrativa geral seja estudada para que se delimite a voz que predomina na notícia e os recursos visuais escolhidos para a elaboração da matéria. As contribuições teórico-metodológicas não se esgotam em si mesmas, é preciso contemplar as especificidades socioculturais do ecossistema midiático onde o telejornal se insere. As regiões de fronteiras são plurais e específicas em cada realidade – e isso também se reflete nas práticas jornalísticas. Assim, novos elementos podem ser incorporados à análise no intuito de refletir sobre a postura do telejornalismo em relação aos fenômenos migratórios e também as organizações de apoio envolvidas no processo migratório são capazes ou não de se apropriar da lógica midiática para promover a migração de pessoas vulneráveis enquanto causa humanitária (Cottle; Nolan, 2017) e, ainda, se se mostrando enquanto causa humanitária o foco principal é na solidariedade ou na visualização do sofrimento e na pena³ – ambos capazes de distanciar a audiência daquele que precisa de ajuda.

3 Para uma melhor problematização sobre a visualização do sofrimento e a política da pena ver Boltanski, 1999 e Arendt, 2006.

Considerações finais

A midiatização, como definida por Hjarvard (2013), permite reflexões acerca de como as ideias de direitos humanos e migração, enquanto instituições, são marcadas pelo discurso telejornalístico, sendo este capaz de configurar a migração de pessoas em situação de vulnerabilidade como uma causa humanitária ou não. Assim, aborda-se o telejornalismo em sua dualidade na promoção de sentidos: podendo trazer benefícios para a propagação e afirmação dos direitos humanos, convocando para si um papel social diante dos fenômenos migratórios (serviço público), ou, numa via oposta, gerando comoditização da causa humanitária e contribuindo para a estigmatização do imigrante.

Cabe lembrar que, diante de um cenário no qual a ajuda humanitária faz-se imperativa, a mídia não pode abrir mão de sua responsabilidade (Chouliaraki; Stoic, 2017) e, portanto, cabe aos pesquisadores da área, o papel de analisar e refletir sobre os discursos perpetuados pela mídia e suas consequências para a sociedade. A desumanização do imigrante, a remoção da imigração forçada enquanto digna de ajuda humanitária e o foco nas narrativas que os promovem enquanto “os outros” acabam por dificultar mudanças sociais e a integração do mesmo. Além disso, não raro observa-se discursos de ódio incitados pela mídia tanto no contexto internacional (Georgiou; Zaborowski, 2017) quanto nacional (Oliveira Filho; Hilgemberg, 2020), mostrando o desalinhamento com a proposta humanitária da DUDH.

Assim, a proposta teórico-metodológica aqui discutida procura não só chamar atenção para a interferência da mídia no processo migratório e na adequação do discurso humanitário, mas também providenciar ferramentas para que a academia pense neste processo. Cobre-se apenas a questão do telejornalismo em relação a midiatização do fenômeno migratório

enquanto causa humanística, no entanto, a midiaticização da migração e da experiência do imigrante também é um ponto que chama a atenção de pesquisadores na área de comunicação (HEGDE, 2016). Por fim, ressalta-se que o presente capítulo teve como pano de fundo as problematizações das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório lugares e espaços contemporâneos: jornalismo, migrações e audiovisual (UFRR/CNPq), que desde 2019 tem se apoiado em dois projetos de pesquisa (PRPPG/UFRR) que analisam a figuração da migração e de seus agentes pela mídia televisiva regional de Roraima.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **On revolution**. New York: Penguin Books, 2006.
- BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering: morality, media, and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BRASIL. **Lei dos Refugiados**. Lei número 9.474/1997. Brasília, DF. Senado Federal, 1997.
- BRASIL. **Lei de Migração**. Lei número 13.445/2017. Brasília, DF. Senado Federal, 2017.
- CHOULIARAKI, Lilie. **The ironic spectator: solidarity in the age of post-humanitarianism**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CHOULIARAKI, Lilie; STOLIC, Tijana. Rethinking media responsibility in the refugee ‘crisis’: a visual typology of European news. **Media, Culture & Society**, v. 39, n. 8, p. 1162-1177, 2017.
- COTTLE, Simon; NOLAN, David. Global humanitarianism and the changing aid-media field: “everyone was dying for footage”. **Journalism Studies**, v. 8, n. 6, p. 862-878, 2007.
- COUTINHO, Iluska. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia; PORCELLO, Flávio. **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 99-124.
- DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU: Paris, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- FERNÁNDEZ, Adrian. Interculturalidade, Mídia e Migração na América Latina. In: OLIVEIRA, Márcia; DIAS, Maria. **Interfaces da**

mobilidade humana na fronteira amazônica. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 17-30.

GEORGIUO, Myria; ZABOROWSKI, Rafal. Media coverage of the “refugee crisis”: A cross-European perspective. **Council of Europe Report**, v.3, n.1, p. 1-24, 2017. Disponível em: <<https://edoc.coe.int/en/refugees/7367-media-coverage-of-the-refugee-crisis-a-cross-european-perspective.html>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo.** Rio de Janeiro: Globo, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: UNESCO, 2003.

HEGDE, Radha Sarma. **Mediating migration.** Cambridge: Polity Press, 2016.

HJARVARD, Stig. **The mediatization of culture and society.** New York: Routledge, 2013.

KRZYŻANOWSKI, Michał; TRIANDAFYLLIDOU, Anna; WODAK, Ruth. The Mediatization and the Politicization of the “Refugee Crisis” in Europe. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 16, n. 1-2, p. 1-14, 2018.

MISTIAEN, Valériane. Depiction of Immigration in Television News: Public and Commercial Broadcasters – a Comparison. In: HAENENS, L.; JORIS, Willem; HEINDERYCKX, François (Orgs.). **Images of immigrants and refugees in Western Europe:** media representations, public opinion, and refugees’ experiences. Leuven: Leuven University Press, 2019, p. 57-75.

MORTENSEN, Mette; TRENZ, Hans-Jörg. Media Morality and Visual Icons in the Age of Social Media: Alan Kurdi and the Emergence of an Impromptu Public of Moral Spectatorship. **Javnost – The Public**, v. 23, n. 4, p. 343-362, 2016.

NERGHES, Adina; LEE, Ju-Sung. Narratives of the Refugee Crisis: A Comparative Study of Mainstream-Media and Twitter. **Media and Communication**, v. 7, n. 2, p. 275-288, 2019.

OIM, **World Migration Report 2020.** Geneva: International Organization for Migration, 2020.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio; HILGEMBERG, Tatiane. A representação de venezuelanos e venezuelanas na mídia local em Roraima. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, p. 144-154, 2020.

OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. O Serviço de Comunicação nas Migrações Venezuelanas Pelas Lentes do Praça 1 JRR de Roraima. In: III Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia, 2019, Belém-PA. **Anais...** Belém: EPCA, 2019. p. 1-20.

R4V. Plataforma Regional de Coordinación Interagencial. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora USP, 1998.

SOUZA, Adriele; SOUZA, Bruna; VIEIRA, Ronaldo; OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Migrações Venezuelanas em Roraima e Jornalismo Audiovisual: Abordagem histórica aplicada às leis brasileiras sobre migrações. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, São Paulo-SP. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2020, p. 1-15.

VIZEU, Alfredo. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: VIZEU, Alfredo; MOTA, Célia; PORCELLO, Flávio. **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 19-40.